

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

(Do Sr. Sérgio Vidigal)

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Educação para discutir a ocupação de escolas públicas por estudantes secundaristas em várias unidades da federação.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a V. Ex.^a., ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de reunião de Audiência Pública para discutir a ocupação de escolas públicas por estudantes secundaristas em várias unidades da federação.

Na oportunidade, sugerimos sejam convidados:

- Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação e Cultura (SEB/MEC);
- Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE);
- Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento Social (FNDE);
- Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES);
e
- Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).

JUSTIFICAÇÃO

Em novembro de 2015, os estudantes secundaristas brasileiros deram origem a uma controversa modalidade de protesto contra medidas gerenciais e problemas infraestruturais na educação pública: a ocupação de escolas.

Sob o lema “ocupar e resistir”, o modelo de protesto estudantil mediante ocupação de escolas espalhou-se para além do Estado de São Paulo, e encontra-se, hoje, em mais outros cinco estados da Federação: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraná e Goiás. Ao todo, segundo estimativas, mais de 380 escolas públicas encontram-se ocupadas nesses estados, causando transtornos para estudantes, familiares, professores e gestores educacionais, além de, em alguns casos, até mesmo de furtos e depredações ao patrimônio público escolar. As causas dos protestos dos estudantes variam de Estado para Estado, indo de suspeitas de desvio, obstrução e mau uso de recursos públicos até o apoio a agendas políticas nacionais e a greve de professores, passando, ainda, por recusa a escolhas gerenciais, tais como alternativas de privatização de escolas e reorganização de espaços e sistemas.

Tendo em vista as atribuições regimentais cabíveis a este douto Colegiado, apresento o presente Requerimento para realização de Audiência Pública, a fim de buscarmos conjuntamente soluções para a pacificação das conturbadas relações entre estudantes e gestores educacionais. É urgente que esta Comissão de Educação dê voz aos litigantes, com o objetivo de traçar caminhos para sua conciliação. Em meio a um clima bilateral de intolerância e dissenso, apenas uma verdade reina consensual: ninguém ganha se a educação para!

Entendemos que devem fazer-se presentes ao debate, além das representações nacionais de estudantes e secretários de educação, a Secretaria de Educação Básica do MEC e o FNDE, responsáveis pelos recursos públicos federais destinados à melhoria das escolas públicas, e o

Fórum Nacional de Educação, entidade máxima representativa da luta pela melhoria da escola pública.

Pelo exposto e pela relevância do tema, peço apoio ao presente Requerimento.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2016.

Deputado **SÉRGIO VIDIGAL**
(PDT/ES)